

Rigor

Verdade & Precisão

Quarta-Feira | 11 de Dezembro de 2024
Ano I, Nº 188 | Preço: Por assinatura
Registo: Nº 28/GABINFO-DEC/2007

ANUNCIE AQUI



Divulgue seu produto,
evento, empresa, serviço,
marca ou escritório.

+258 850 298 775 | 866157452

Rigor/

**CLASSIFICA ESCOLHA DO CONSÓRCIO MAIS INTEGRIDADE
COMO INFRAÇÃO E DESOBEDIÊNCIA ÀS NORMAS ELEITORAIS**

**“LEVAR UMA QUESTÃO AO TRIBUNAL
E ELE RECUSAR-SE
A RECEBÊ-LA, NÃO SIGNIFICA
QUE DEIXAMOS DE PROCURAR
A JUSTIÇA”**



PÁG:5

**A ANÁLISE DO SOCIÓLOGO ÓSCAR NAMUHOLOPA
SOBRE CRIANÇAS NAS MANIFESTAÇÕES**

**MANIFESTAÇÕES PODEM
TRANSFORMAR CRIANÇAS
EM ADULTOS PROBLEMÁTICOS**



PUB

PÁG:2

SOMOS ESPECIALIZADOS EM:

- Consultoria
 - Comunicação
 - Marketing
 - Publicidade

Rigor

+258 866157452
www.rigor.co.mz
jornalrigor@gmail.com

Adverte sobre o legado de violência e indisciplina nas próximas gerações

MANIFESTAÇÕES PODEM TRANSFORMAR CRIANÇAS EM ADULTOS PROBLEMÁTICOS, DIZ SOCIÓLOGO ÓSCAR NAMUHOLOPA

Vânia Jacinto



O sociólogo moçambicano, Óscar Namuholopa, alerta que o país arrisca formar uma geração indisciplinada e bélicos, devido à exposição das crianças a actos de violência provocadas pelas manifestações convocadas por Venâncio Mondlane, candidato presidencial do Podemos nas eleições do passado 9 de Outubro.

Segundo o sociólogo, a participação de crianças em manifestações não apenas infringe seus direitos, mas também as expõe a cenas de feridos e mortos, daí que a presença de crianças representa uma séria violação, pois, devido à sua faixa etária, elas não possuem o direito de voto, o que as impede de reivindicar em condições de igualdade com os eleitores.

Além disso, Óscar Namuholopa aponta que as crianças arriscam vivenciarem traumas psicológicos, especialmente aquelas que foram expostas a actos de vandalismo, agressões ou roubos, podem se transformar em adultos violentos e desorientados.

“O envolvimento de crianças nas manifestações representa uma pos-

tura prejudicial para as suas vidas quanto para a sociedade como um todo. Ao crescerem, essas crianças podem aprender a ver a violência como algo aceitável. Temos observado a gravidade da violência nas manifestações, resultante em pessoas feridas e até mortas. Durante esses eventos, ocorrem diversos episódios de crimes e todo tipo de agressão possível nas manifestações que temos presenciado. O facto de isso acontecer na frente de crianças é bastante preocupante”, afirmou Namuholopa.

Óscar Namuholopa reprova essa postura, que vê como prejudicial, uma vez que, em sua opinião, tira o direito e a liberdade das crianças, o que pode ter um efeito adverso em seu desenvolvimento saudável.

“As crianças que presenciam manifestações aprendem a ver a violência como algo comum, especialmente aquelas que estão na fase escolar. Por isso, é fundamental serem educadas para cultivar o amor ao invés do ódio em relação aos outros”, afirma o sociólogo, ressaltando que se as manifestações continuarem, o futuro poderá ser de uma sociedade violenta, onde a criança considera natural agre-

dir, roubar e até tirar a vida de alguém.

O sociólogo Óscar Namuholopa sugere que os pais e encarregados de educação exerçam a sua função estimulando conversas abertas e sinceras com seus filhos, além de transmitir a importância de se manter longe da violência e das manifestações.

“Os pais e cuidadores devem, assim, incentivar as suas crianças e filhos a evitarem participar de manifestações, pois o perigo de que voltem feridos ou não voltem é elevado, considerando o grau de violência. Eles podem ser atingidos, seja de maneira intencional ou acidental, durante as tentativas de contenção das manifestações”.

O sociólogo afirma que para acabar com as manifestações violentas, especialmente aquelas que envolvem crianças, é fundamental a acção do governo. Diante da actual situação de Moçambique, a única alternativa viável para resolver essa questão é estabelecer um diálogo entre o governo, o partido responsável pelas manifestações e seu candidato à presidência.

“Fazemos um apelo ao governo para que, inicialmente, essas manifestações acabem e que se estabeleça um espaço para o diálogo, permitindo que os envolvidos encontrem uma solução. Se essas manifestações persistirem, arriscamos voltar a um Estado onde os indivíduos se comportam como lobos entre si, agindo com base em suas próprias vontades. Isso resultará na consagração de um egoísmo que prioriza apenas interesses pessoais, sem considerar os direitos dos demais”.

**ANUNCIE
AQUI**

+ 258 85029875

Nampula em alerta

ACTIVISTAS ACUSAM GOVERNO DE SER O MAIOR VIOLADOR DOS DIREITOS HUMANOS

Vânia Jacinto



Gamito dos Santos

O governo de Moçambique é visto como o maior perpetrador de violações dos direitos humanos, segundo alguns activistas de direitos humanos na província de Nampula.

Falando a propósito da comemoração do Dia Mundial dos Direitos Humanos, celebrado nesta Terça-feira (10.12.2024), Gamito dos Santos e Simo Eduardo, importantes defensores de causas Humanas em Nampula, alertaram que o governo passou a ser o principal responsável pela promoção de violências e pela violação dos direitos humanos.

Os nossos entrevistados ressaltaram que as violações ocorridas no governo são principalmente atribuídas aos próprios políticos, abrangendo também questões relacionadas à governação e à política.

“O que está em falta é uma questão de vontade política, já que o governo não demonstra interesse em honrar os direitos humanos. Os políticos buscam impor as suas normas para favorecer as decisões tomadas dentro de seus próprios partidos. Actualmente, estamos diante de uma crise eleitoral, cujos protagonistas são as instituições responsáveis pelas eleições, como a CNE, o STAE e o

Conselho Constitucional”, enfatizou Gamito dos Santos, que chama a atenção para o aumento das violações dos direitos humanos.

A província de Nampula está enfrentando um auge de violência contra os direitos humanos, impulsionadas por Manifestações violentas, onde os direitos fundamentais estão em risco, diz Gamito dos Santos. “Observamos a população sendo sequestrada, ferida a bala e até morta. Além disso, já há registos de um aumento significativo nas violações dos princípios elementares dos direitos humanos”.

O activista expressa que é uma preocupação entre os defensores dos direitos humanos o alto nível de violação desses direitos em Moçambique. Ele solicita que o governo comece a priorizar esses direitos, incluindo a liberdade de expressão e de imprensa.

“Acredito que o governo de Moçambique em especial, os políticos precisam reflectir sobre os valores fundamentais da convivência humana, com ênfase na liberdade de expressão. Estamos presenciando casos de jornalistas que enfrentam repressão ao buscar informações e notícias, e há relatos de profissionais da imprensa que foram sequestrados”.

Sismo Eduardo argumenta que a violação dos direitos humanos em Moçambique é principalmente resultado da busca por interesses próprios por políticos ligados ao governo.

“Quando os direitos pessoais são priorizados em detrimento dos direitos colectivos, há uma falha nesse processo. Um indivíduo que possui uma mineiradora, por exemplo, pode buscar proteger os seus próprios interesses ao impor diversas condições que prejudicam aqueles que vivem nas proximidades. O que falha nesse contexto é a falta de disposição para atender aos direitos da maioria, resultando na incapacidade desses indivíduos de solucionar os problemas que surgem”, diz Sismo.

Sismo Eduardo aponta a corrupção como um dos principais obstáculos na

defesa dos direitos humanos em Moçambique, agravando as desigualdades existentes. Por isso, ele defende que o governo deve estabelecer medidas que possibilitem uma distribuição justa dos recursos, o que, em sua visão, pode reduzir as tensões actuais e minimizar as violações de direitos.

“A solução para essa situação começa com o respeito pelas leis. Se o governo do dia trata as pessoas como vândalos, ele também é responsável por criar as circunstâncias que levam a esse comportamento. Se esse grupo tivesse recebido atenção e respeito de maneira adequada, provavelmente não agiria de forma destrutiva. Quando um estudante recém-criado se vê a uma exigência de 200 mil meticais para conseguir um emprego, enquanto não possui nem cinco mil na conta, isso demonstra o desrespeito e a ausência de condições que favoreçam o desenvolvimento de um cidadão íntegro. Esse cenário apenas fomenta a possibilidade de que essa pessoa, ao alcançar um cargo, se torne um corrupto em busca de recuperar o que investiu, colocando em segundo plano a aplicação do conhecimento adquirido”.



Sismo Eduardo

Negou actas ao CC e fez revelações

CONSÓRCIO MAIS INTEGRIDADE OPTA POR SILÊNCIO APÓS EVIDÊNCIAS DE FRAUDE EM NAMPULA E ZAMBÉZIA

Raufa Faizal



O Consórcio eleitoral Mais Integridade, informou ontem numa resposta ao Conselho Constitucional que devido a evidências de fraude que inclui discrepâncias entre os votos contabilizados nas urnas, optou por não divulgar os resultados do PVT realizados em Nampula e Zambézia. Essa decisão foi baseada na dificuldade em determinar o resultado real das eleições de 9 de Outubro nos dois distritos examinados.

“Os editais a que o Mais Integridade teve acesso e processou, especificamente nos PVT's que fez em Nampula e Zambézia, mostram evi-

dências de fraude que inclui discrepâncias entre os votos contabilizados nas urnas das eleições presidenciais e as urnas das eleições Legislativas e Provinciais. Além disso, observadores do Mais Integridade reportaram irregularidades graves como é o uso excessivo do voto especial, votos plúrimos, anulação e invalidação de votos da oposição, enchimento de urnas e até aliciamento de delegados dos partidos da oposição com valores monetários, em algumas mesas de voto, para permitir o enchimento de urnas”, descreve a Mais Integridade, para justificar a não entrega dos editais solicitados pelo Conselho Constitucional.

Lembre-se de que, no âmbito do pro-

cesso de validação dos resultados das eleições, o Conselho Constitucional pediu na semana passada ao Consórcio Mais Integridade que apresentasse os editais das mesas que possui ao órgão.

O Consórcio Mais Integridade, por sua vez, respondeu que não tem a intenção de distorcer a verdade relacionada às eleições. Além disso, reconhece que, em um cenário de desconfiança e falta de integridade nas instituições, a solicitação tardia por informações pode ser utilizada para justificar a validação de fraudes nas eleições de 9 de Outubro.

“O Mais Integridade está disponível para prestar esclarecimentos adicionais sobre as irregularidades por si verificadas que contribuíram para a manipulação dos editais/resultados ora em disputa, reafirmando o seu compromisso com a observação, transparência e a integridade no acompanhamento do processo eleitoral”, termina o Consórcio, que igualmente aproveitou o pedido do Conselho Constitucional para lamentar a recusa do Órgão em receber os editais do seu apuramento PVT nas eleições autárquicas relativo a editais de 94% das mesas de voto em Maputo e 88% na Matola.

“O Consórcio Mais Integridade congratula o Conselho Constitucional por agora considerar-lhe uma fonte relevante para o processo de validação das eleições, apesar de não se esquecer que há 1 ano a mesma entidade ignorou os editais por si enviados voluntariamente de modo a contribuirmos para que fosse reposta a verdade eleitoral”.

Rigor



Verdade & Precisão

Registo: núm. 28/GABINFO-DEC/2007. **Propriedade:** Jornal Rigor
Redacção: Vânia Jacinto (+258 84 115 3771), Raufa Faizal (+258 84 601 9648)
Maquetização: Jornal Rigor; **Revisão:** Cornélio Amimo; **Administração e Finanças:** Alexandra Pereira (+258 85 556 2472) **Secretaria-Geral:** Ofélia Eugénio **Sede:** Rua da Unidade, Nampula (+258 850 298 775 e 866157452) e-mail: jornalrigor@gmail.com ou infor@jornalrigor.co.mz **Estatuto editorial:** disponível em www.jornalrigor.co.mz. **Preço:** por assinatura.

Recusou a ceder Actas e Editais em seu poder ao Conselho Constitucional

ISIDRO JÚNIOR CLASSIFICA ESCOLHA DO CONSÓRCIO MAIS INTEGRIDADE COMO INFRACÇÃO E DESOEDIÊNCIA ÀS NORMAS ELEITORAIS

José Luís Simão



O advogado moçambicano, Isidro Júnior, diz que a escolha do Consórcio Mais Integridade em não entregar as Actas e Editais das eleições realizadas em 9 de Outubro ao Conselho Constitucional reflecte uma atitude emocional e irresponsável, caracterizando uma infracção de desobediência.

Segundo o advogado, a alegação de recusa na aceitação de suas Actas e Editais de eleições anteriores não pode ser utilizada como justificativa para ignorar o Conselho Constitucional. Para ele, o facto de ter solicitado a entrega desses editais em 2023 e a recusa do Conselho Constitucional não constitui uma justificativa válida para rejeitar o pedido.

Na sua opinião, Isidro diz que o consórcio não tomou as decisões mais adequadas. Por um certo período, ousou afirmar que essa foi uma atitude imprudente e até marcada por emoção.

“Atribuo esse carácter emocional à justificativa apresentada pelo

próprio consórcio, que afirma ter apresentado Actas e Editais no ano passado, mas não foram aceites, e, portanto, neste ano, não estão dispostos a colaborar”, afirma Ali Assane Junior, que também ocupa a presidência da Ordem dos Advogados em Nampula.

Ali Assane Júnior argumenta que o Conselho Constitucional deve ser considerado um órgão judicial e a postura do Consórcio Mais Integridade é questionável. “Nós, advogados, e todos os que trabalham no sistema judicial sabemos que é comum levar uma questão ao tribunal e ele se recusar a recebê-la, mas isso não significa que deixamos de buscar a justiça,” declarou Isidro Ali Assane, que acredita que o Consórcio Mais Integridade não seguiu as normas legais que exigem a colaboração das instituições públicas e privadas com os órgãos judiciais em situações semelhantes.

“De acordo com as leis, tanto as entidades públicas quanto as privadas são obrigadas a colaborar com o Conselho Constitucional; isso não é uma opção, mas uma responsabilidade. Se fos-

se uma escolha, eu até compreendia, pois dentro dos seus direitos eles poderiam se manifestar como desajassem. Porém, afirmar repentinamente, como aconteceu no ano passado, que não iriam oferecer apoio e que o Conselho deveria se virar, não é aceitável”, declarou Isidro Ali Assane, ressaltando que, se o Conselho Constitucional encaminhar a questão ao Ministério Público, o Mais Integridade poderá enfrentar possíveis sanções legais.

“As repercussões podem resultar em um processo criminal contra os membros do Mais Integridade devido à desobediência. Isso não é uma escolha, mas sim uma imposição e o não-cumprimento dessa responsabilidade acarreta implicações legais. As entidades colectivas podem ser responsabilizadas criminalmente. Afirmei que a situação é emocional, pois o próprio consórcio argumenta que no ano passado apresentaram as actas e não quiseram aceitá-las, e neste ano, não estão dispostas a oferecer. Essa posição não encontra justificativa”.

Isidro Ali Assane afirma que o Consórcio Mais Integridade deveria adoptar uma postura mais neutra e trabalhar em conjunto com as instituições, assegurando o equilíbrio e a adesão à legalidade, mesmo quando houver diferenças ou conflitos com outras entidades.

Lembre-se de que no dia 4 de Dezembro deste ano, o Conselho Constitucional pediu ao Mais Integridade as Actas e Editais resultantes da sua observação durante as eleições. Em resposta, o Mais Integridade afirmou possuir editais das províncias de Nampula e Zambézia, onde realizou observações, mas não poderia entregá-los, primeiramente por considerá-los fraudulentos, e em segundo lugar, porque o CC havia rejeitado as Actas e Editais do Consórcio em 2023, referentes aos resultados de Matola e da Cidade de Maputo.

Mortes de cólera sobem para onze em Mogovolas e preocupam autoridades

GOVERNO É INCAPAZ DE FAZER ATENDIMENTO COMUNITÁRIO DEVIDO À DESINFORMAÇÃO SOBRE A DOENÇA

Vânia Jacinto

Os órgãos de saúde na província de Nampula informaram que estão em diálogo contínuo com as comunidades do distrito de Mogovolas para retomar as actividades comunitárias impactadas pela cólera, visando a distribuição de purificação de água.

Devido à cólera que afecta o distrito de Mogovolas, o total de óbitos resultantes do surto atingiu onze. Estas informações indicam que, nas últimas duas semanas, quatro indivíduos faleceram em decorrência da cólera, somando-se a sete, já contabilizados anteriormente, num total de 257 casos confirmados da enfermidade, apesar de o sector de saúde contar com os meios suficientes nas unidades sanitárias para atender casos de cólera.

As visitas comunitárias para atender a situação da doença que se regista com intensidade nas comunidades, tem se tornado complicada devido à desinformação.

As comunidades de Mogovolas, acreditam que a cólera é transmitida pelas autoridades de saúde.

“A questão da desinformação naquele distrito tem se intensificado, o que tem dificultado nossa entrada na comunidade para distribuir os purificadores de água e assegurar que cada família receba um frasco. Actualmente, possuímos aproximadamente 10 mil frascos, o que seria suficiente para atender, ao menos, todas as famílias da vila sede do distrito de Mogovolas, que conta com cerca de 50 mil moradores. No entanto, lamentavelmente, não conseguimos realizar a entrega desse purificador de água e, neste momento, estamos negociando com as comunidades para obter a autorização do sector de saúde para podermos levar os purificadores às suas comunidades”.

A falta de informações precisas sobre a origem da cólera no distrito de Mogovolas levou à destruição, em du-

as ocasiões, do Centro de Tratamento da Cólera. Além disso, a situação levou a destruição da residência dos médicos da ONG Médicos Sem Fronteiras, que se viram obrigados a deixar a região em busca de protecção.

Além disso, após o ataque e a destruição do Centro de Tratamento de cólera, as famílias resgataram seus parentes do hospital e os levaram para casa, acção que as autoridades de saúde entenderam como um agravamento da propagação da doença.

Entretanto, as autoridades de saúde já atribuíram a eclosão da doença a problemas relacionados à escassez de água, ligada a avaria no sistema de fornecimento de água na sede do distrito de Mogovolas, levando os moradores a consumirem água dos rios.

Segundo Geraldino Avalinho, chefe do Departamento de Saúde Pública na província de Nampula, as vítimas eram doentes que haviam sido levadas pelos seus familiares, quando a comunidade destruiu o Centro de Tratamento de Cólera, sob a alegação de que o local era onde a cólera era criada.

“As informações que recebemos indicam que todos os óbitos ocorridos

nas comunidades com surto activo estavam associados a diarreia e vômito, e esses pacientes não foram atendidos em unidades sanitárias e não apresentaram nenhum sintoma clínico claro. Isso sugere que esses indivíduos morreram devido à cólera na comunidade”.

De acordo com Avalinho, após a destruição do Centro de Tratamento de Cólera, o distrito de Mogovolas tem observado entre 5 a 7 novos casos diários da enfermidade. Por essa razão, o sector de saúde emite um alerta sobre a possibilidade de um aumento no número de óbitos, com a fragilidade criada com o abandono dos médicos sem fronteiras de Nametil na sequência da violência registada no distrito.

“Estamos um pouco acima de 10 óbitos que incluem os quatro óbitos que aconteceram fora da unidade sanitária, tanto que é uma preocupação e enquanto a roda continuar tal como está neste momento, nós infelizmente não vamos conseguir fazer intervenções comunitárias e vamos ouvir e registar mais óbitos comunitários”

